

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**PEDRO KLEIBER DE BEZERRIL BELTRÃO JUNIOR**

**DECRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
A UTOPIA CAPAZ DE DESENCADear UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO  
DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

**CURITIBA**

**2019**

**PEDRO KLEIBER DE BEZERRIL BELTRÃO JUNIOR**

**DECRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
A UTOPIA CAPAZ DE DESENCADear UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO  
DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

Artigo apresentado como requisito parcial  
à Conclusão do Curso de Pós-Graduação  
em Direito Ambiental da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Alexia Aparecida  
Rodrigues Brotto Cessetti

**CURITIBA**

**2019**

# **Decrescimento e Desenvolvimento Sustentável: a Utopia Capaz de Desencadear um Processo de Transformação da Proteção do Meio Ambiente**

Pedro Kleiber de Bezerril Beltrão Junior

## **RESUMO**

O desenvolvimento sustentável é o método mais utilizado atualmente entre todos os países do mundo para resolver os problemas contidos nas interações de três sistemas complexos: a economia, a sociedade e o ambiente físico global. Recentemente, surgiu produção acadêmica intitulada de decrescimento, que critica a lógica do crescimento aliado a sustentabilidade e apresenta novas soluções para a temática. A partir do procedimento de pesquisa feito com base na análise qualitativa de informações colhidas em artigos, livros, revistas e propostas de cunho empírico, o presente estudo pretende responder se existe possibilidade, ou não, de conciliar, na prática, a corrente acadêmica sobre o decrescimento com a política do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Decrescimento. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Meio Ambiente. Obsolescência Programada.

## **ABSTRACT**

Sustainable development is the most widely used method among all the countries in the world to solve the problems contained in the interactions of three complex systems: the economy, society and the global physical environment. Recently, there was an academic production entitled “degrowth”, which criticizes the logic of growth combined with sustainability and presents new solutions for the theme. Based on the qualitative analysis of information collected in articles, books, journals and empirical proposals, the present study intends to answer whether or not there is a possibility of reconciling, in practice, the academic sustainable development policy.

## **1. INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento sustentável é atualmente o método mais utilizado para resolver os problemas globais que envolvam a proteção ambiental. Ocorre que, recentemente, há aproximadamente doze anos, surgiu produção acadêmica intitulada de decrescimento, que critica a lógica do crescimento aliado a sustentabilidade.

Como se trata de proposta alvissareira em relação a proteção ambiental, houve o interesse em analisar seu marco teórico e proceder a comparação com o modelo atual. Assim, o presente estudo pretende responder se existe possibilidade,

ou não, de conciliar, na prática, a corrente acadêmica sobre o decrescimento com a política do desenvolvimento sustentável, a partir da análise qualitativa de informações colhidas em artigos, livros, revistas e propostas de cunho empírico.

Com objetivo de apresentar itinerário mais didático, o ponto de partida está na demonstração das diferenças entre as posturas dos responsáveis políticos, economistas, empresários e sociedade civil em relação a proteção ambiental. O primeiro tópico serve para discernir a postura conservadora, a reformista e a alternativa.

A distinção é importante para esclarecer que existem discrepâncias entre a postura reformista, na qual se situa o desenvolvimento sustentável, da alternativa, onde está enquadrado o decrescimento.

Separadas as vertentes, a análise busca delinear o desenvolvimento sustentável dentro do processo civilizatório capitalista, a partir da interação entre economia, os aspectos sociais e a proteção ambiental. Destaca-se, ainda, que a organização social atual tem forte tendência para estimular o crescimento econômico e a acumulação ilimitada, em razão de três ingredientes importantes: a publicidade, o crédito e a obsolescência programada.

Apresentados os pontos de apoio do desenvolvimento sustentável e a sua inserção na lógica do crescimento, abre-se um tópico para tratar sobre o decrescimento. São apresentadas suas ideias, as críticas ao atual modelo e suas sugestões para revolução pretendida. A referência teórica principal é o autor e filósofo francês Serge Latouche, que propõe a criação de um Círculo Virtuoso do Decrescimento a partir de oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente.

Após discorrer sobre o decrescimento, destaca-se um tópico específico para as ponderações sobre sua aplicação prática no sistema econômico mundial. A ideia da abordagem está na compreensão que, por ser uma teoria com forte corrente acadêmica do norte global, as propostas apresentadas estão com o direcionamento voltado para os países que possuem maior crescimento econômico e índice de desenvolvimento. Portanto, busca-se chamar a atenção para o fato de que a importação de categorias, conceitos e modelos sociais, nem sempre é algo factível de ser aplicado indistintamente.

A partir de todos esses delineamentos, o presente estudo pretende mostrar ser possível realizar uma abordagem mais aprofundada sobre a possibilidade

de aproximação prática do desenvolvimento sustentável e o decrescimento, com intuito de resolver o problema inicialmente proposto.

## **2. PRINCIPAIS POSTURAS SOBRE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

A Conferência de Meio Ambiente de Estocolmo, de 1972, serviu como marco para alertar sobre os limites do planeta e a acelerada degradação ambiental. A constatação à época apontava que não era mais possível ignorar os danos causados ao meio ambiente.

No início de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) retomou a discussão sobre questões ambientais. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento formada para estudar o assunto foi chefiada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

O documento final decorrente desses estudos foi intitulado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, estabelece que o desenvolvimento sustentável é *“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”*.

Conforme Oliveira da Silva (2012), a qualificação “sustentável” por inserir a variável ambiental às demais do desenvolvimento, provoca mudança de paradigma, na medida em que a questão do desenvolvimento passa, necessariamente, pela questão da sustentabilidade ambiental.

Ocorre que mesmo com a intensificação de acordos, protocolos e declarações internacionais, o planeta continuou a sofrer com ampla devastação ambiental. A noção de desenvolvimento sustentável, concebida para facilitar o diálogo entre interesses extremamente divergentes, restou cercada de vários questionamentos em razão da sua falta de efetividade.

No contexto de proteção ambiental, Léna (2012) analisa três diferentes posturas encontradas entre os responsáveis políticos, economistas, empresários e sociedade civil, que podem ser melhor entendidas a partir do seguinte enquadramento: a) conservadora; b) reformista; e c) alternativa ou “revolucionária”.

A postura conservadora é formada por governos, firmas, grupos sociais e indivíduos que acreditam que é possível continuar da forma como está. Graças à inovação tecnológica e à fé no progresso, as soluções serão encontradas para tudo.

É a postura assumida por antigos críticos das origens antrópicas do aquecimento global, que acreditam que as futuras gerações serão mais ricas que as atuais e poderão enfrentar o problema. Essa postura nega a existência de limites.

Na postura reformista, há o reconhecimento da gravidade da situação e da necessidade de mudar muitos pontos de forma rápida. É onde se situa o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Essa postura aceita os limites (necessidade de reencaixar a sociedade nos limites da natureza) mas, em geral, aposta mais na tecnologia do que na transformação social.

Em relação à postura alternativa ou “revolucionária”, a palavra “revolucionária” não se refere às antigas concepções de transformação da sociedade pela tomada de poder, mas indica que a mudança de rumo implica transformações profundas. Consciente de que a sociedade contemporânea é extremamente complexa, defende um processo de transição, mas com sentimento de urgência. Essa corrente aceita a existência de limites, mas recomenda a justiça social e ambiental como condição para aceitar os limites. Não critica a ciência ou tecnologia em si, mas o fato de estarem a serviço de interesses privados, e não da utilidade social e do bem comum.

Nessa última família de pensamento encontram-se as diferentes versões do decrescimento, da simplicidade voluntária, do bem viver<sup>1</sup>, do ecossocialismo<sup>2</sup> e outros.

### **3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Não há dúvida de que o conceito de desenvolvimento sustentável representa um importante avanço na busca de uma relação de equilíbrio entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Conforme Jacobi (1999, p. 178):

---

<sup>1</sup> Conforme Garcia (2012, p. 211), o bem viver se apresenta como um projeto autônomo em relação ao mercado e ao estado. Este desejo de diferenciação se manifesta em opções muito gerais: nem capitalismo e nem comunismo, e sim uma espécie de socialismo comunitarista. No plano da identidade cultural, o bem viver articula tríplice escala: local, andina e americana.

<sup>2</sup> Para Löwy (2009, p. 35/36), o ecossocialismo tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo” do capitalismo. É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos. Segundo os ecossocialistas, o problema das principais correntes da ecologia política, cujos representantes são os partidos verdes, é que estas não parecem levar em consideração a contradição intrínseca que existe entre a dinâmica capitalista – fundada sobre a expansão ilimitada do capital e a acumulação dos lucros – e a preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como ecológica. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana e natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório.

A lógica de proteção ambiental no mundo atual encontra-se contida na noção de sustentabilidade, que passou por um processo de evolução no sentido de incorporar dimensões diversas dos recursos naturais, como as sociais, econômicas e ambientais.

Nesse diapasão, a sustentabilidade conta atualmente com diferentes definições, que remetem a variados pontos de um mesmo prisma, como o conceito de biologia de resiliência, crescimento econômico, articulação entre economia e meio ambiente, da qual surge o conceito de ecoeficiência, assim como o aspecto social, do qual se origina o conceito de equidade social.

Contudo, existem muitas críticas ao atual modelo apoiado no desenvolvimento sustentável. Por um lado, há o reconhecimento de que sua formulação foi um avanço no sentido de se preocupar com as futuras gerações, mas, por outro, não houve uma maior preocupação em formular alternativas para preservação das outras espécies e a conservação do planeta.

Afirma Alves (2015, p. 71) que: “o desenvolvimento sustentável é um antropocentrismo intergeracional”. E apresenta como respaldo o fato de a Cúpula do Rio (1992) ter aprovado concepção antropogênica: “Os seres humanos estão no centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável”.

A dificuldade é conseguir conciliar desenvolvimento sustentável em um planeta que se encontra em um contínuo crescimento populacional e da economia. Tais elementos fortalecem a ideia de que são cada vez maiores os riscos de se ignorar os limites ambientais da Terra.

Pode-se acrescentar, ainda, que, segundo dados de Angus Maddison, entre 1800 e 2011, houve grande aumento da renda *per capita* mundial e a esperança de vida ao nascer passou de menos de 30 anos para cerca de 70, sendo tais conquistas realizadas com base na exploração da natureza, que forneceu imensas reservas de combustíveis fósseis para turbinar a economia.

Ademais, o aumento do padrão de consumo da humanidade deixou sinais de insustentabilidade ambiental por todos os lados: a erosão dos solos;

desertificação de amplas áreas terrestres; desmatamento e aniquilamento de biomas; uso e abuso dos aquíferos; poluição e salinização das águas dos rios; e acidificação dos oceanos, com a conseqüente diminuição da fertilidade das fontes de vida.

Trettel Silva (2017, p. 32), apresenta o seguinte pensamento sobre desenvolvimento sustentável de Swyngedouw:

[...] o desenvolvimento sustentável reforça um falso consenso de que o crescimento, as relações de mercado e o capitalismo são não apenas a melhor, mas a única e inquestionável maneira de acessar, transformar e distribuir os recursos da natureza, e a única forma de organização social possível. O objetivo desse discurso não é não resolver o problema da sustentabilidade, mas sim de compatibilizar as preocupações ambientais com a lógica do mercado, sem mudá-la (SWYNGEDOUW, 2015), propondo supostas soluções ganha-ganha capazes de perpetuar o desenvolvimento sem danificar o ambiente.

O fato é que o incremento do consumo, de um lado, e o aumento da população, de outro, contribuem, mesmo que de forma diferenciada, para uma rápida degradação ambiental. Não existe consumo sem população e nem população sem consumo. Crescimento econômico e populacional ilimitado é uma equação impossível em um planeta finito.

#### **4. A PUBLICIDADE, O CRÉDITO E A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA**

No pensamento de Latouche (2009, p. 17), nossa sociedade amarrrou seu destino a uma organização baseada na acumulação ilimitada. Esse sistema está condenado ao crescimento. Para tanto, o autor cita três ingredientes que são necessários para a sociedade prosseguir na sua “ronda diabólica”: a) a publicidade, que cria o desejo de consumir; b) o crédito, que fornece os meios; e c) a obsolescência acelerada ou programada dos produtos, que renova a necessidade deles.

Esclarece Latouche (2009, p.18) sobre a publicidade:

A publicidade nos faz desejar o que não temos e desprezar aquilo que já desfrutamos. Ela cria e recria a insatisfação e a tensão do desejo frustrado. Conforme pesquisa realizada entre os presidentes das maiores empresas americanas, 90% deles reconhecem que seria impossível vender um produto novo sem campanha publicitária; 85% declaram que a publicidade persuade “frequentemente” as pessoas a comprar coisas que elas não desejam de fato. Esquecidos os bens de primeira necessidade, cada vez mais a demanda já não incide sobre bens de grande utilidade, e sim sobre bens de alta futilidade. Elemento essencial do círculo vicioso e suicida do crescimento sem limites, a publicidade, que constitui o segundo maior orçamento mundial depois da indústria de armamentos [...]

Por outro lado, o aumento da oferta de crédito motivada pela expansão dos prazos para pagamento e o baixo custo dos financiamentos tem incentivado o consumo e movimentado a economia. O uso do dinheiro e do crédito servem para estimular o consumo e a iniciativa privada em obter o crescimento. A busca do lucro a qualquer preço se dá graças à expansão da produção e do consumo, por um lado, e a compressão dos custos, por outro.

Cumprido esclarecer que não se trata de executar o crédito ao consumo. Existem aspectos positivos do crédito: facilita o consumo e proporciona bem-estar aos consumidores; pode facilitar a mobilidade social e melhoria de acesso à educação, saúde e aos bens de consumo de primeira necessidade; pode servir de importante fonte para o desenvolvimento. Contudo, o crédito também tem uma face que gera graves problemas de diversas ordens: a) sociais: aumento da vulnerabilidade da classe mais pobre (menos renda, poupança e empregos sem estabilidade); b) econômicos: aumento da inadimplência e taxa de juros; c) jurídicos: enfraquecimento na relação contratual entre consumidor e fornecedor do crédito.

Elucida Ribeiro e Lara (2016), que o processo de mundialização e financeirização do capital dos últimos quarenta anos está inscrito na superação dos entraves coercitivos que impediam a livre circulação de capitais em todo o mundo. O desenvolvimento de tecnologias da informação foi essencial, mas a liberalização das finanças permite cada vez mais o livre acesso à exploração da força de trabalho em todo o mundo, o que possibilita a transferência de capitais excedentes com maior velocidade e para qualquer lugar.

O crescimento econômico impulsionado pela facilitação do crédito aos consumidores impulsionou o que Bauman (2008, p. 38/39) denomina de Revolução Consumista: *“A passagem do consumo ao ‘consumismo’, quando aquele (...) tornou-se especialmente importante, se não central, para a vida da maioria das pessoas, o verdadeiro propósito de existência”*.

Formou-se, dessa forma, o campo perfeito para o crescimento geométrico do fenômeno conhecido como obsolescência programada. Praticada desde o começo do século XX, como resultado das buscas do capital em manter o consumo cada vez mais intenso e cativo, foi após o *“toyotismo”* que ela atingiu patamares nunca vivenciados.

Dentro dessa concepção, na sociedade de consumo, não basta a ampliação do mercado de consumo, é preciso, ao mesmo tempo, que produtos

adquiridos pelos consumidores sejam trocados de forma constante e regular. No âmbito dessa política, ganha especial importância a redução da vida útil dos produtos e serviços, diretriz principal da obsolescência programada.

Segall (2018, p.5) assim define a obsolescência programada:

Tradicionalmente, obsolescência programada (ou planejada) é a política empresarial de reduzir, artificialmente, a vida útil de determinado produto ou seus componentes com o fito de estimular o consumo de versões mais recentes, aumentando, assim, a taxa de recompra por meio da maior descartabilidade.

Note-se que é programada 'porque ela não é um acidente ou um acontecimento inesperado, mas o resultado necessário e inevitável do modelo da produção e dos serviços'.

Para Latouche (2009, p. 21), com a obsolescência programada, a sociedade de crescimento possui "*uma arma absoluta do consumismo*". Em prazos cada vez curtos, os aparelhos e equipamentos, da lâmpadas elétricas aos pares de óculos, entram em pane devido à falha intencional de um elemento. Em muitos casos, é impossível encontrar um peça de reposição ou uma assistência técnica que conserte, ou ainda, custa mais caro consertá-la do que comprar uma nova.

Assim, é que montanhas de computadores se juntam a televisores, geladeiras, lava-louças, leitores de DVD e telefones celulares em vários lixões espalhados pelo mundo, principalmente, nos países do hemisfério sul, que servem de depósito de sucata do elevado consumismo dos países do norte.

Efing e Paiva (2016, p.124), ao contextualizar a realidade da obsolescência programada, acrescentam a dimensão do problema do descarte de resíduos advindos da sociedade de consumo, que não recebe a devida atenção das autoridades públicas, o que, em breve, será uma agravante na condição ambiental do planeta, haja vista o crescimento desenfreado de produção e consumo nos países em desenvolvimento. Por isso, a dificuldade de conciliar manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e livre exercício das atividades econômicas.

## **5. O DECRESCIMENTO**

O termo "decrescimento" é de uso muito recente no debate econômico e social. Em interessante monografia sobre o tema, Trettel Silva (2017, p. 62), fez um mapeamento sobre a literatura relativa ao tema decrescimento, no qual constatou que há enorme disparidade entre as publicações dos países localizado no norte global em relação ao sul.

Prevalecem publicações de autores e autoras de instituições de ensino e pesquisa do norte global, com forte concentração na Espanha, Alemanha, Estado Unidos e Reino Unido. Há baixa participação do sul no debate, com número pequeno de contribuições originadas da América Latina como Argentina, Brasil, Bolívia, Cuba e Equador, além da Índia.

Ainda, conforme a pesquisa contida na monografia, observou-se que as primeiras menções ao termo decrescimento (*degrowth*) ocorreram somente a partir de 2007.

Assim, logo de início, cumpre destacar que se trata de uma construção teórica bastante recente e que autores e autoras de instituições acadêmicas do sul global participaram de maneira marginal da produção internacional sobre o tema decrescimento, nos últimos doze anos.

Desse modo, a ideia que se descortina inicialmente é que a proposição de literatura majoritária sobre o tema enfatiza o decrescimento para os países do norte e dedica pouca atenção às suas implicações para o sul global.

Feitos os esclarecimentos, cumpre especificar que o decrescimento, na concepção de Latouche (2012, p. 45), não é um conceito e nem o oposto simétrico do crescimento, mas um *slogan* político provocador que visa, principalmente, enfatizar a importância de abandonar o objetivo de crescimento pelo crescimento, por ser um objetivo desprovido de sentido e cujas consequências mostram-se desastrosas para o meio ambiente.

O projeto almejado pelo decrescimento é formado, por um lado, pela tomada de consciência da crise ecológica e, por outro, pela crítica à técnica e ao desenvolvimento. Trettel Silva (2017, p.63), ao revisar a literatura sobre o tema, assim aponta as fontes do decrescimento mais recorrentemente mencionadas por estudiosos do tema:

(i) A crítica à escala biofísica da economia, com grande influência da economia ecológica, e (ii) a crítica culturalista ao desenvolvimento, influenciada pelo pós-desenvolvimento [...]

Também foram reconhecidos outros aspectos que aparecem relacionados ao Sul de maneira implícita ou indireta e se demonstram igualmente relevantes para compreender como o Sul global é abordado na literatura internacional sobre o decrescimento. Esses aspectos compuseram outros dois eixos: (i) a questão demográfica, tradicionalmente cara a diversas correntes ambientalistas e também à economia ecológica, e (ii) a redução do tempo de trabalho.

Ainda na visão de Latouche (2012, p. 46), a sociedade de crescimento não é desejável por pelo menos três motivos: a) produz aumento das desigualdades e injustiças; b) cria um bem-estar amplamente ilusório; e c) não suscita, mesmo para os que mais se beneficiam, uma sociedade amigável e sim uma antissociedade que padece de sua riqueza.

Entretanto, diversos são os problemas vivenciados pelos países em relação aos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Daí a dificuldade de criar uma doutrina universal sobre o decrescimento. Essa questão resta evidenciada na explicação de Latouche (2012, p. 48):

O decrescimento não é alternativa, e sim uma matriz de alternativas que abre novamente o espaço da criatividade, levantando a chapa de chumbo do totalitarismo econômico. Isto significa que não devemos imaginar uma mesma sociedade do decrescimento no Texas ou em Chiapas, no Senegal e em Portugal. O decrescimento reorienta a aventura humana em direção à pluralidade de destinos. Assim, não é possível propor um único modelo padrão de sociedade de decrescimento; pode-se, quando muito, esboçar princípios fundamentais de toda sociedade não produtivista sustentável e exemplos concretos de programas de transição.

Ao buscar apresentar uma solução mais ampla sobre o problema, Latouche (2009, p. 42) faz analogia aos chamados Círculos Virtuosos do Crescimento, datados dos anos 60, para a criação do Círculo Virtuoso do Decrescimento, assim retratado:

O desequilíbrio climático que nos ameaça hoje é fruto de nossas 'loucuras' de ontem. Em compensação, a revolução exigida para a construção de uma sociedade autônoma de decrescimento pode ser representada pela articulação sistemática e ambiciosa de oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente. Podemos sintetizar o conjunto delas num 'círculo virtuoso' de oito 'erres': reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar. Esses oito objetivos interdependentes são capazes de desencadear um processo de decrescimento sereno, convivial e saudável.

A proposta dos oito "erres", citada acima, trata da atuação em ações conjuntas e interdependentes, na busca de: reavaliar os velhos valores "burgueses" e os dominantes atualmente, no sentido do altruísmo prevalecer sobre o egoísmo, a cooperação sobre a competição desenfreada, o prazer do lazer sobre a obsessão pelo trabalho, a importância da vida social sobre o consumismo ilimitado, o local sobre o global, a autonomia sobre a heteronomia, o gosto pela bela obra sobre a eficiência produtivista, o sensato sobre o racional e o relacional sobre o material.

Pretende reconceituar ou redefinir/redimensionar os conceitos de riqueza e pobreza, escassez e abundância sob a ótica da apropriação da natureza e sua mercantilização. Reestruturar o aparelho produtivo e as relações sociais em função da mudança de valores. Redistribuir as riquezas e o acesso ao patrimônio natural, tanto entre os países do norte e sul, quanto dentro de cada sociedade, entre classes, gerações e indivíduos.

Relocalizar a produção para o âmbito local, no que for essencial, sendo os produtos destinados à satisfação das necessidades da população, em empresas locais. Reduzir o impacto sobre a biosfera no modo de produção e consumo, assim como o tempo de trabalho. Reutilizar para reduzir o desperdício desenfreado, com objetivo de combater a obsolescência programada dos equipamentos e reciclar os resíduos não reutilizáveis diretamente.

Dos oito “erres”, Latouche (2009, p. 58) explica que três deles têm papel estratégico: *“a reavaliação, porque ela preside a toda mudança, a redução, porque ela condensa todos os imperativos práticos do decrescimento, e a realocização, porque ela concerne ao cotidiano e ao emprego de milhões de pessoas”*.

O sentido do decrescimento, portanto, é proporcionar um quadro geral com sentido a diferentes lutas setoriais ou locais (principalmente dos países do hemisfério norte), para favorecer os compromissos estratégicos e alianças táticas. A receita do decrescimento, conforme Latouche (2009, p. 76) *“consiste em fazer mais e melhor com menos”*.

Na concepção defendida pelos estudiosos do decrescimento, para chegar a sociedade imaginada, será preciso descolar do atual modelo econômico. Isto equivale a repensar a dominação da economia sobre o resto da vida, na prática e na teoria, principalmente na mente das pessoas.

Por isso, que o decrescimento deve ser articulado a partir da implantação de um programa político. Além disso, será preciso que ocorra uma mudança radical de valores em relação a atual sociedade que almeja o crescimento.

Para Latouche (2009, p. 79), *“a farsa do desenvolvimento sustentável diz respeito tanto ao Norte quanto ao Sul, e os perigos do crescimento já são planetários. Foi assim que nasceu a proposição do decrescimento”*. Sua concepção busca ser revolucionária (2009, p. 92):

Nesse sentido, o projeto da sociedade de decrescimento é eminentemente revolucionário. Trata-se tanto de uma mudança de cultura quanto das estruturas jurídicas e das relações de produção.

Contudo, tratando-se de um projeto político, sua aplicação obedece mais a ética da responsabilidade do que à ética da convicção. A política não é a moral, e a autoridade deve assumir compromissos com a existência do mal. A busca do bem comum não é a busca do bem puro e simples, e sim do menor mal. Portanto, o realismo político não consiste em se entregar à banalidade do mal, mas sim em contê-la no horizonte do bem comum.

Acima de tudo, merece menção o fato de o projeto do decrescimento ser tratado como utopia, ou seja, uma fonte de esperança e de sonho. Todavia, adverte Latouche (2009, p. 40) que: *“longe de se refugiar no irreal, tenta explorar as possibilidades objetivas de sua aplicação. Daí o qualitativo ‘utopia concreta’ no sentido positivo que lhe deu Ernst Bloch”*.

Portanto, o decrescimento é tratado como um projeto político (projeto de construção), tanto no hemisfério norte quanto no sul, respeitada suas disparidades, de sociedades conviviais autônomas e econômicas, sem por isso ser um programa no sentido eleitoral do termo: *“ele não se inscreve no espaço da política politiqueria, mas visa devolver toda sua dignidade ao político. Ele pressupõe um projeto numa análise realista da situação”*, esclarece Latouche (2009, p. 41).

## **6. DECRESCIMENTO NO SISTEMA ECONÔMICO MUNDIAL**

Para adequada compreensão da possibilidade de aplicação da teoria do decrescimento é pertinente apresentar alguns aspectos sobre a diversidade da realidade dos países, do hemisfério norte e sul, que merecem ponderação.

Primeiro aspecto relevante diz respeito à teoria do decrescimento defender a diminuição do consumo material e energético em relação aos países do norte global. No caso, cabe esclarecer que existe corrente doutrinária que defende necessidade de crescimento para países do sul. Trettel Silva (2017, p. 100) explicita que:

Do ponto de vista biofísico, o decrescimento para o Sul global implica na possibilidade de aumento do consumo material e energético das populações que consomem abaixo do suficiente para uma vida considerada digna. Todavia, considerando que o Sul também há camadas sociais que consomem mais que sua porção legítima de recursos, o consumo das classes ‘ricas’ também deveria decrescer.

É preciso, portanto, deixar evidente a diferença entre o consumo nos países mais industrializados em relação aos países do hemisfério sul, de maneira a melhor identificar sua posição no sistema econômico mundial.

Para os países do norte, o decrescimento pretende a redução dos padrões médios de consumo a um nível que reverta os limites globais já ultrapassados, assim como conviva com oportunidade de abrir espaço ambiental suficiente para o crescimento do sul.

Outra lógica marcante do decrescimento é a que almeja a adoção de modos de vida que sejam baseados nos recursos disponíveis no âmbito local. Isso serviria, inclusive, para impulsionar os países do norte a restringir ao essencial a dependência de recursos oriundos do comércio internacional realizado com países do sul.

Em relação aos aspectos populacionais, a literatura apenas formula que o decrescimento do consumo e da escala econômica no nível global é incompatível com a população humana crescente e que o decrescimento populacional é desejável em razão do impacto ambiental ser proporcional ao tamanho da população humana do planeta, Trettel Silva (2017, p. 101).

E quanto à redução do tempo de trabalho, o decrescimento possui maior ênfase em relação aos países do norte global, sendo importante esclarecer que são perspectivas muito diferentes. No sul, o efeito do tempo de trabalho pode gerar consequência diferentes em comparação ao norte, pois boa parcela dos países ainda precisam crescer economicamente para proporcionar um padrão de vida melhor e digno para seus cidadãos. Isso apenas serve para demonstrar a dificuldade de aplicar o decrescimento de modo indistinto a diferentes países e culturas.

## **7. DECRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ao realizar a abordagem sobre o assunto, constata-se a nítida diferença entre as duas concepções comparadas nos tópicos anteriores, que tratam de meios e caminhos para alcançar a proteção ambiental das próximas gerações.

De um lado, o modelo atual, com ampla aceitação por boa parte dos países, chamado de desenvolvimento sustentável. De outro, uma recente corrente acadêmica que busca revolucionar o enfretamento do combate a degradação ambiental.

A compreensão das duas pode ser melhor detalhada quando feita de maneira apartada, como realizado nos tópicos anteriores. Contudo, o aprofundamento

e a discussão comparativa sobre pontos de interseção podem ser melhor analisados com a aproximação de ambas.

Por existirem evidentes diferenças entre as duas concepções, parece ser difícil trabalhar pontos em comum. Contudo, como ponto de partida, é possível transparecer que as duas almejam realizar a proteção ambiental.

O desenvolvimento sustentável conta com ampla aceitação entre os países, com vastos documentos normativos e com concretas realizações em busca da proteção do meio ambiente. Esclarece Sachs (2015, p. 13), “*o desenvolvimento sustentável tenta compreender as interações de três sistemas complexos: a economia mundial, a sociedade global e o ambiente físico da Terra*”.

A pretensão do decrescimento é questionar a lógica “do crescimento pelo crescimento”. Como já foi dito, sua receita consiste “*em fazer mais e melhor com menos*”, a partir do combate da sociedade de consumo, que está apoiada na publicidade, no crédito e na obsolescência programada.

Assim, não há dúvida que o decrescimento revela o inconformismo com modelo do desenvolvimento sustentável. As duas concepções, como afirmado, buscam proteger o meio ambiente, sendo, uma delas (desenvolvimento sustentável) inserida na lógica da economia capitalista global, enquanto a outra (decrescimento) pretende trazer novo paradigma.

A dificuldade para aplicação prática de forma ampla da corrente acadêmica do decrescimento enfrenta barreiras de todas as ordens. A mais evidente diz respeito ao seu berço de origem, o hemisfério norte. Muito embora a importação de categorias, conceitos e modelos sociais seja inerente ao mundo moderno, nem sempre é algo factível.

As ponderações feitas nos tópicos anteriores demonstram que as ideias apresentadas pelos acadêmicos nem sempre podem ser aplicadas indistintamente a diferentes países. A realidade ambiental, econômica e social padece de enorme disparidade no comparativo global.

Entretanto, não há como afastar o brilho das ideias novas que buscam encontrar soluções para problemas atuais que impactam de modo irreversível a situação ambiental do planeta Terra.

Assim, tratar as duas concepções em apreço como água e óleo (que não se misturam), serviria apenas para criar uma barreira a quem possui um mesmo objetivo, mas trabalha por caminho alternativo, com seus ônus e bônus.

O decrescimento pretende, evidentemente, uma ruptura com o atual modelo de desenvolvimento sustentável. Mas, uma cultura (inserida na lógica do capitalismo) não é transformada da noite para o dia. Requer tempo, dedicação e paciência. Às vezes, sequer a mudança é alcançada da maneira pretendida.

Isso não significa, contudo, que novas ideias não possam servir para evidenciar pontos falhos do modelo vivenciado ou modificar situações específicas, que ao longo do tempo alcancem resultados transformadores.

Raros são os exemplos na história de rupturas sociais, econômicas e culturais em curto espaço de tempo. Primeiro, são lançadas as sementes, depois as ideias ganham corpo, transformam-se em ações concretas e podem, enfim, servir para mudanças mais profundas. Nesse interregno, há uma verdadeira fase de transição do estágio inicial para o resultado pretendido.

Para sair da discussão teórica e adentrar no campo dos fatos, cabe um exemplo prático da realidade brasileira. No ano de 2017, houve a apresentação do Projeto de Lei nº 7875, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de proibir a obsolescência programada no país. Contudo, a matéria não avançou.

Em 2019, novamente é apresentado um projeto, agora no Senado Federal, o PL 2833, também com objetivo de vedar a obsolescência programada. Houve o início de nova tramitação, que no futuro pode significar um importante avanço.

Isso de modo algum significa influência da teoria do decrescimento, mas sim que pequenas mudanças podem gerar grandes transformações. Desse modo, diferentes ideias lançadas na teoria podem ser incorporadas pelas sociedades, aos poucos, o que pode favorecer um estágio de transição do modelo atual, ou ao menos aperfeiçoar o tratamento da proteção ambiental.

Como constatado, as concepções do desenvolvimento sustentável e do decrescimento partem de paradigmas diferentes, são propostas que em variados pontos não permitem conciliação, tendo em vista, principalmente, o peso dos fatores econômico, social e cultural em cada.

Noutra margem, não há como sonegar linha de pensamento que defende que as modificações brandas em relação ao desenvolvimento sustentável não servirão para corrigir o rumo da degradação ambiental, Bonaiuti (2012, p. 102):

[...] por mais que as relações constituam, num certo sentido, a 'moldura material', onde se definirão as escolhas futuras – serão as dinâmicas sociais e, sobretudo, as representações imaginárias, que terão um

papel crucial em determinar, entre os diversos cenários possíveis, qual será o caminho que a humanidade escolherá. O que já é claro, se a análise proposta até aqui for correta, é que reformas brandas propostas pelas políticas de desenvolvimento sustentável não serão suficientes para superar a crise; será altamente necessária uma profunda revisão das condições ecológicas, sociais e culturais da produção de riqueza, em particular, nos países ricos. É isso que, fundamentalmente, entendemos por sociedade do decrescimento.

Embora seja compreensível a necessária mudança de rumo, a profunda revisão das condições ecológicas, sociais e culturais sobre a produção de riqueza, requer verdadeira revolução do modelo vivenciado, principalmente, o lado imaginário das pessoas. Consciente da dificuldade de modificação do atual cenário, Latouche tratou o decrescimento como utopia, ou seja, uma fonte de esperança e de sonho, mas uma utopia “concreta”, pois tenta explorar as possibilidades objetivas de sua aplicação.

Não há como fazer previsões sobre cenários futuros, principalmente, em razão da acelerada dinâmica social. Mas, as ideias lançadas pelo decrescimento servem para demonstrar que existe uma alternativa para se chegar a lugar ou ambiente ecologicamente ideal. A transformação pretendida, como explicado, não ocorre em curto espaço de tempo, embora os acadêmicos evidenciem o sentimento de urgência que a causa merece.

Lado outro, o decrescimento serve como mais uma via alternativa para o modelo do desenvolvimento sustentável, de ampla aceitação pelos países inseridos no sistema capitalista. Mais ainda, surge para criticar de forma fundamentada as bases do desenvolvimento sustentável.

Dadas as profundas diferenças entre as concepções, os acadêmicos não se empenharam em apresentar propostas de diálogos entre o desenvolvimento sustentável e o decrescimento, principalmente, em razão da imaginada necessidade de ruptura do atual modelo para corrigir o rumo da proteção ambiental.

A criação de uma corrente intermediária pode parecer algo inconciliável, pois são propostas distintas de modos de vida, diferentes modelos de consumo e de produção. Contudo, sem precisar tirar o brilho das ideias lançadas pelo decrescimento ou sequer enfraquecer a evidente necessidade de ruptura com o atual modelo do desenvolvimento sustentável, pode-se aproveitar as sementes teóricas para lançá-las na sociedade capitalista.

Longe de buscar criar uma corrente teórica que seja intermediária as duas concepções apresentadas, até porque partem de pontos diferentes. Mas, a

proposta é que a realidade pode aos poucos ser modificada a partir das ideias contidas na corrente acadêmica do decrescimento.

Será que não é possível (em alguns países) diminuir o tempo dedicado ao trabalho para melhorar a qualidade de vida das pessoas? Será que é viável (dentro da lógica do desenvolvimento sustentável) combater a prática da obsolescência programada? Há possibilidade, atualmente, de criação de normas mais rígidas para a publicidade? Tem como repensar o modelo de oferta de crédito do mercado, inclusive, para combater o superendividamento?

Como frisado, apesar do distanciamento teórico entre as duas concepções, as ideias lançadas pelo decrescimento, mesmo que não consigam alcançar a ruptura desejada, podem servir para modificar o cenário atual concernente à proteção ambiental. Se isso será suficiente para salvar o planeta é outro problema a ser enfrentado.

Sendo assim, mesmo com todas as diferenças apontadas, não há como afirmar que, os marcos teóricos distintos, na prática, afastariam a implementação de algumas ações baseadas na teoria do decrescimento em face da realidade do sistema capitalista.

Pode ser que a mudança ou transformação pretendida pelos acadêmicos não seja alcançada da forma pretendida, mas isso, de forma alguma, invalida que as ideias lançadas sirvam para abrir os caminhos pretendidos, ou não, dentro do modelo de desenvolvimento sustentável.

## **8. CONCLUSÃO**

A proposta do artigo encontra-se contida na análise qualitativa sobre a possibilidade, ou não, de conciliar o decrescimento com a política do desenvolvimento sustentável.

Como ponto de partida, restaram demonstradas as substanciais diferenças entre as posturas dos responsáveis políticos, economistas, empresários e sociedade civil em relação a proteção ambiental. O primeiro tópico serve para discernir a postura conservadora, a reformista e a alternativa.

A distinção foi importante para esclarecer que existem discrepâncias entre a postura reformista, na qual se situa o desenvolvimento sustentável, da alternativa, onde está enquadrado o decrescimento.

Separadas as vertentes, a análise buscou delinear o desenvolvimento sustentável dentro do processo civilizatório capitalista, a partir da interação entre economia, os aspectos sociais e a proteção ambiental. Destacou-se, ainda, que a organização social atual tem forte tendência para estimular o crescimento econômico e a acumulação ilimitada, em razão de três ingredientes importantes: a publicidade, o crédito e a obsolescência programada.

Na última década, entretanto, surge a doutrina do decrescimento como uma via alternativa ao caminho trilhado pelo desenvolvimento sustentável. Em razão das profundas diferenças entre os distintos marcos teóricos houve a necessidade de verificar a possibilidade de diálogo prático.

A conclusão visa a demonstrar que as duas concepções têm a finalidade de proteger a natureza. Embora haja nítida separação entre os modelos teóricos, existem excelentes ideias apresentadas pelo decrescimento que podem ser lançadas no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Cumprê frisar que, não se trata criar uma corrente teórica intermediária, o que seria algo completamente infundado, tamanha a distinção entre ambas. O que se cogita seria aproveitar as diferentes ideias contidas no corpo teórico do decrescimento para serem aproveitadas no âmbito do desenvolvimento sustentável. Isso porque o decrescimento tem consciência do seu aspecto utópico, mas que, nada impossibilita de tentar implementá-lo, ainda que, de forma fragmentada (e pontual), dentro do modelo capitalista. Pequenas mudanças podem provocar grandes transformações sociais, muito embora, os acadêmicos tenham a tendência de separar a via alternativa do atual modelo de desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Sustentabilidade ambiental: desenvolvimento com crescimento?** In: População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil/ Miguel Bruno (Org.). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** (trad. Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BONAIUTI, Mauro. **A caminho da grande transição**. In: Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Universitária, 2012.

EFING, Antonio Carlos; PAIVA, Leonardo Lindroth de. **Consumo e obsolescência programada: sustentabilidade e responsabilidade do fornecedor**. Curitiba: Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo, v. 2, n. 2, jul/dez 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. **Meio Ambiente e sustentabilidade**. In: Desenvolvimento e meio ambiente. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Org.). CEPAM, 1999.

LATOUCHE, Serge. **O decrescimento. Por que e como?** In: Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade: Rio de Janeiro, Ed. Garamond Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. (trad. Claudia Berliner. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

LÉNA; Philippe e DO NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate**, In: Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Universitária, 2012.

LÖWY, MICHAEL. **Ecosocialismo e planejamento democrático**. Trad. Sofia Boito. São Paulo. Fundação Editora UNESP. Revista Crítica Marxista, n. 28, 2009.

OLIVEIRA DA SILVA, Maria Beatriz. **Obsolescência programada e teoria do decrescimento versus direito ao desenvolvimento e ao consumo (sustentáveis)**. Belo Horizonte: Veredas do Direito, v. 9, n. 17, p. 181-196, 2012.

ONU. Nações Unidas. Assembleia Geral. **Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em <<https://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em 30 jun. 2019.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. São Paulo: Serviço Social & Sociedade, nº 126 maio/agosto 2016.

SACHS, Jeffrey D. **A era do desenvolvimento sustentável.** Lisboa: Ed. Actual, 2017.

SEGALL, Pedro Machado. **Obsolescência Programada: a Tutela do Consumidor nos Direitos Brasileiro e Comparado.** Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2018.

TRETTEL SILVA, Gabriel. **O decrescimento: leituras a partir do Sul global.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, 2017.